



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr
ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

1 No vigésimo oitavo dia do mês de junho de 2017, com início às 13h30, na
2 sala da Situação, localizada no 4º andar do Palácio das Araucárias, na rua
3 Jacy Loureiro de Campos, s/nº, nesta Capital, reuniram-se os(as) seguintes
4 Conselheiros(as): Elizeu Oliveira de Freitas (suplente) - SESA, Eliseu
5 Sebastião Rocha (titular) - SEDS, Alexandre Donizete Martins (suplente) -
6 UGT, Paulo Alberto Kronéis (titular) – SRMTE/PR, Leila Maria Raboni
7 (suplente) – SRMTE/PR, Fattyima Blum Gonçalves (suplente) FEPASC,
8 Helder Vicentini (suplente) – FACIAP, Klauss Dias Kuhnen,, (suplente) FAEP,
9 Ana Nelly de Castro Gregório (suplente) SEED, Edson Antonio dos Anjos
10 (titular) FORÇA SINDICAL, Daniel Nojima (titular) SEPL, Karl Udo Heinrichs
11 (titular) CSB e Adriano Carlesso (suplente) – NCST. **Justificativas de**
12 **ausência:** Justificaram as ausências os(as) seguintes conselheiros(as):
13 Ernane Garcia Ferreira (CUT), Carlos Alberto Gabiatto (CTB), Cícero
14 Aparecido Teixeira (SEJU) e João Francisco Zafanelli Cubas
15 (FECOMÉRCIO). **Convidados:** Suelen Glinski Rodrigues dos Santos
16 (SEJU/Observatório do Trabalho), Glauca Wesselovicz (SESI Ponta
17 Grossa), Victor Oliveira (Prefeitura de Ponta Grossa), Denise Masson (SEDS
18 - Coordenadora da Política da Criança e do Adolescente), Andre Marcos
19 Pinhel (DIEESE), Fabiano Camargo da Silva (DIEESE), Boanerges Silvestre
20 Boeno Filho (DEPEN), Rosane Gonçalves (SEJU/DET, Norma Priscila
21 Haluch (SEJU/CGR), Alexandre Chaves (SEJU/CGR), Luiz Geraldo Mazza
22 Neto (SEJU/AI), Walter Gonçalves (SEJU/CGR), João Edison de Miranda
23 (SEJU/CIM), Walmir dos Santos (Prefeitura de Campina Grande do Sul),
24 Marcio Keller (CUT/PR) e Aldameri Imthurm – SEJU/CET, tendo como **pauta:**
25 **01. ABERTURA. 02. Aprovação da Ata nº 275 de maio/2017. 03.**
26 **Aprovação da Pauta. 04. Informes da Presidência e Secretaria-**
27 **executiva. 05. Apresentação do CAGED Acumulado/2017 – Suelen**
28 **Glinski SEJU/Observatório. 06. Apresentação do Programa PRÓPCD –**
29 **Victor Hugo de Oliveira. 05. Apresentação “Trabalho dos Apenados em**
30 **Sistema Semiaberto - Janaína Luz/DEPEN e Boanerges Silvestre Boeno**
31 **Filho - DIETRO/DEPEN. 06. Relatos dos Gts – Conselheira Leila Raboni**
32 **– SRMTE/PR. 07. Outros Assuntos. 08. ENCERRAMENTO.** Iniciando a
33 reunião, a conselheira e vice-presidente **Leila Raboni** (SRMTE/PR) explicou
34 que conduziria a reunião, visto que o presidente **Cícero Aparecido Teixeira**
35 (SEJU/DET) se encontra afastado por motivo de saúde. Na sequência,
36 passou a palavra para o Assessor do Departamento Técnico do Trabalho da
37 SEJU, **Elcio Coltro**, que repassou as últimas notícias sobre o seu estado de
38 saúde. **Leila** (SRMTE/PR) agradeceu e solicitou ao Sr. **Elcio** que leve ao
39 **presidente** o abraço de todos(as) os(as) Conselheiros(as) com os desejos
40 de seu pronto restabelecimento. **02. Aprovação da Ata nº 275 de**
41 **maio/2017.** A **vice-presidente** perguntou se todos receberam a minuta da
42 ata e se havia alguma retificação a ser feita. A secretaria-executiva informou
43 que houve pedido do conselheiro **Adriano Carlesso** (NCST) de alteração
44 nas linhas 219, 220, 223, 240, 241 e 242. Após a leitura da parte corrigida, a



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr
ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

45 ata foi **aprovada**. A seguir foi apreciada a ata da reunião técnica realizada
46 no dia 25 de maio em Cascavel. O conselheiro **Carlesso** (NCST) solicitou o
47 detalhamento do diálogo ocorrido entre ele e o Gerente da Agência do
48 Trabalhador de Guaraniaçu, linhas 164 a 167 e da 180 a 192. Após a leitura
49 destas inclusões, a mesma foi também **aprovada**. **03. Aprovação da Pauta.**
50 A vice-presidente informou que se encontrava na reunião a Sra. **Denise**
51 **Masson**, da Secretaria da Família e que faria um breve pronunciamento a
52 respeito de uma campanha que será lançada sobre o programa Jovem
53 Aprendiz. A **vice-presidente** solicitou a aprovação da pauta com esta
54 inclusão, bem como a antecipação do item 06, para logo após esta
55 apresentação. **Pauta aprovada com as modificações sugeridas.** **Leila**
56 (SRMTE/PR) passou a palavra para a Secretária-executiva fazer a leitura do
57 item **04. Informes da Presidência e Secretaria-executiva.** INFORMES
58 005/2017. Curitiba 28 de junho de 2017. 1. Encaminhado os ofícios:
59 015/2017-CET para a Fomento Paraná, solicitando a substituição do
60 Conselheiro Juraci Barbosa Sobrinho e 016/2017 para a Secretaria de
61 Educação solicitando a substituição da Conselheira Margaret Sbaraini. 2.
62 Recebido o Protocolado nº 14.591.523-6 do DEPEN indicando o Sr.
63 Boanerges Silvestre Boeno Filho para apresentar ao Conselho o
64 funcionamento do programa referente aos apenados em regime semiaberto.
65 3. Justificativas de ausências: Ernane Garcia Ferreira (CUT), Carlos Alberto
66 Gabiatto (CTB) e João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMERCIO). Na
67 sequência foi passada a palavra para a Sra. **Denise Masson**, Coordenadora
68 da Política da Criança e do Adolescente da Secretaria Estadual da Família e
69 Desenvolvimento Social. A **coordenadora** informou que foram liberados,
70 pela Secretaria da Família e CEDCA – Conselho Estadual de Defesa da
71 Criança e do Adolescente, recursos na ordem de 6 milhões de reais para
72 municípios, para ofertar linhas de ações de qualificação profissional para
73 adolescentes e também 12 milhões de reais para ações de aprendizagem
74 profissional e de qualificação profissional. **Denise** explicou que já foram
75 realizados 21 seminários regionais de aprendizagem, em parceria com a
76 SEJU, e que, provavelmente, em outubro deverá ser realizado um Seminário
77 Estadual. A **coordenadora** detalhou ao colegiado, a Campanha que será
78 lançada sobre a aprendizagem profissional para o Menor Aprendiz,
79 observando que esta campanha visa estimular as empresas e os
80 empresários a contratar adolescentes na condição de aprendiz, uma vez que
81 esta oportunidade também possibilitará o acompanhamento e a diminuição
82 de evasão escolar, garantindo assim, os direitos fundamentais estabelecidos
83 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial ao direito à
84 profissionalização e à proteção do trabalho e o direito à educação. **Denise**
85 ratificou a importância destas contratações pelas empresas de médio porte,
86 além de sensibilizar as empresas e associações comerciais, industriais,
87 turísticas e afins, sobre a importância da Lei da Aprendizagem. Falou sobre o
88 período da divulgação da campanha, do material produzido e distribuiu



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr

ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

89 cartazes, “folder’s”, etc. para todos os(as) conselheiros(as). **Denise**
90 encerrou dizendo que estes materiais estão à disposição de todos os(as)
91 conselheiros(as) e que serão distribuídos em todas as Regionais da
92 SEDS/SEJU/SEED. Por fim, tentou passar um vídeo que não foi possível,
93 mas demonstrou na tela o passo a passo para a consulta. A seguir, a vice-
94 presidente **Leila** (SRMTE/PR) deixou aberta a palavra para quem quisesse
95 se manifestar. **Alexandre** (UGT), **Klauss** (FAEP) elogiaram a campanha e
96 **Edson** (Força Sindical) perguntou sobre a questão de logística que envolve a
97 escola e as empresas. **Denise** esclareceu que os municípios devem se
98 articular para a busca de alternativas para a resolução destas questões. **Ana**
99 **Nelly** (SEED) fez alguns esclarecimentos sobre a questão dos municípios de
100 pequeno porte e observou que em Curitiba existe muita dificuldade de se
101 conseguir as vagas de empregos. Com relação aos processos de
102 especificação da formação, há o Catálogo de Aprendizagem, que determina
103 as formações e os conteúdos necessários, que são apresentados ao jovem,
104 e existem também as instituições natas para oferta da aprendizagem, no qual
105 a Secretaria de Educação possui algumas escolas, que têm por objetivo
106 fazer a formação destes jovens. **Ana Nelly (SEED)** disse que a SEED tem
107 que ficar mais próxima nesse processo, citando como exemplo a Guarda
108 Mirim e que existe uma dificuldade muito grande de fazer a inserção deste
109 jovem no mercado de trabalho. **Denise** disse que esta campanha visa
110 aumentar estas contratações. **Ana Nelly** perguntou se o acesso do jovem
111 seria feito pelo portal e **Denise** explicou que o portal é somente informativo,
112 mas que a contratação deverá ser feita via Agência do Trabalhador, ou
113 diretamente nas empresas, etc.. **Leila** (SRMTE/PR) lamentou a ausência da
114 coordenadora da Intermediação de Mão de Obra da SEJU, Sra. **Ângela**, que
115 tem como proposta a realização do Dia A. **Denise** finalizou que será muito
116 importante realizar estas ações intersetoriais e mencionou que já se
117 encontram no site do CEDCA/PR para consulta a Deliberação nº 052 de
118 2016 para Recursos de Aprendizagem e a Deliberação 081 de 2016 para
119 Qualificação Profissional. Continuando a reunião, **Leila** (SRMTE/PR)
120 informou que esta reunião contava com a presença do Superintende do
121 Ministério do Trabalho no Paraná, Sr. **Paulo Kronéis**, também conselheiro
122 titular no CET e que gostaria de anunciar que firmaram um convênio no dia
123 27 de abril, com o SENAI e o Ministério Público, com o objetivo de
124 desenvolver ações conjuntas para os cursos de aprendizagem industrial
125 básicos, para adolescentes em situação de risco social e também em conflito
126 com a lei. A **vice-presidente** disse que estão aguardando a apreciação da
127 SEJU, sobre a possibilidade de formalização do mesmo convênio com a
128 instituição SENAC, para aprendizagem comercial, com copartícipe da SEJU,
129 por meio da sua coordenação de mão de obra, com as Agências do
130 Trabalhador. **Leila** (SRMTE/PR) passou a palavra para o Sr. **Victor Hugo de**
131 **Oliveira**, Presidente do Conselho Municipal do Trabalho e Diretor da
132 Secretaria de Indústria e Comércio do Município de Ponta Grossa.



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr

ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

133 **06. Apresentação do Programa PRÓPCD – Victor Hugo de Oliveira.**
134 **Victor Hugo** cumprimentou a todos, falou de sua formação profissional e
135 passou a palavra para a Sra. **Glaucia Wesselovicz**, articuladora de projeto
136 do SESI e coordenadora do Programa da Pessoa com Deficiência junto ao
137 Ministério do Trabalho. A **coordenadora** apresentou um “*power point*” e foi
138 detalhando as ações desenvolvidas. (ANEXO I) Ao finalizar, agradeceu pela
139 participação e retornou a palavra ao Sr. **Victor Hugo** que também exibiu um
140 “*power point*” na tela e foi explicando o funcionamento do programa (ANEXO
141 II). Falou do banco de dados que possuem, e que junto com o SENAI, estão
142 interligados com todas as instituições de ensino que trabalham com pessoas
143 com deficiência, e têm acesso a essas vagas e podem indicar, o que trouxe
144 eficiência à Agência do Trabalhador. O **Diretor** disse que todas as
145 qualificações profissionais, que saem com recursos da prefeitura de Ponta
146 Grossa, são obrigatórias possuírem 20% de pessoas com deficiências nestes
147 cursos. **Victor Hugo** falou que as empresas que aderiram ao programa têm
148 algumas vantagens e citou alguns exemplos. **Victor Hugo** observou que este
149 programa é referência nacional. Ao encerrar, agradeceu pela participação e
150 se colocou à disposição para o esclarecimento de dúvidas. **Leila**
151 (SRMTE/PR) agradeceu a participação do **Diretor** e falou sobre o Dia D que
152 logo será realizado. O conselheiro **Paulo Kronéis** (SRMTE/PR), falou sobre
153 a importância dessa experiência para todos os municípios, observando que
154 este modelo é novo e atual, e que tem que se buscar a solução. **Paulo**
155 (SRMTE/PR) disse que a lei está aí e deve ser cumprida e o empresário
156 precisa entendê-la. O conselheiro **Edson** (Força Sindical) citou um caso de
157 não contratação de uma pessoa com deficiência, porque não tinha linha de
158 ônibus que atendesse este trabalhador. Entende ser importante que se
159 pense uma maneira de resolver problemas deste tipo. **Leila** (SRMTE/PR)
160 antes de passar para o próximo item da pauta, anunciou a presença do Sr.
161 **Márcio Kieller**, Secretário da CUT que acompanhou a reunião, tendo em
162 vista a ausência do conselheiro **Ernane Garcia Ferreira** (CUT). **05.**
163 **Apresentação do CAGED Acumulado/2017 – Suelen Glinski**
164 **SEJU/Observatório.** **Suelen** iniciou a apresentação dos dados do CAGED
165 que foram exibidos na tela (ANEXO III). O conselheiro **Daniel** (SEPL) disse
166 que gostaria de reforçar as palavras da **Suelen** (SEJU/Observatório), com
167 relação ao crescimento do PIB do Paraná. O **conselheiro** informou que o
168 Paraná, comparando o primeiro trimestre deste ano, com o do ano passado,
169 cresceu 2,5%, sendo que o Brasil caiu -0,4% no mesmo período. Este
170 resultado tem uma influência grande da agropecuária, que cresceu, neste
171 primeiro trimestre, 14,6%, com relação ao do ano passado. **Daniel** (SEPL)
172 falou que é muito significativo para o Estado, porque os resultados da super
173 safra e do comércio exterior estão refletindo no setor serviços. Os
174 indicadores vêm mostrando também uma recuperação das indústrias
175 automotivas e de celulose. A vice-presidente **Leila** (SRMTE/PR) solicitou à
176 **Suelen** do Observatório do Trabalho da SEJU, um estudo sobre a renda do



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr
ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

177 trabalhador, fazendo um comparativo. A técnica confirmou que elaborará
178 este estudo. **Aprovado.** A **vice-presidente** informou que este assunto
179 apresentado na sequência, trata-se de um pedido efetuado pelo conselheiro
180 **Edson** (Força Sindical) em Outubro de 2016 e que aguardava agenda para
181 realização. **05. Apresentação “Trabalho dos Apenados em Sistema**
182 **Semiaberto - Janaína Luz/DEPEN e Boanerges Silvestre Boeno Filho -**
183 **DIETRO/DEPEN.** (ANEXO III) O Sr. **Boanerges** se apresentou pedindo
184 desculpas pela ausência da Dra. **Janaína** que não pode estar presente à
185 reunião. Relatou ser Agente Penitenciário e atualmente, é o responsável pela
186 Divisão de Educação e Produção do DEPEN. O Sr. **Boanerges** observou
187 que é um tema polêmico quando se fala em se dar trabalho para preso, mas
188 é um direito que ele tem. No sistema semiaberto, o preso sai para trabalhar
189 durante o dia e volta a tarde para a prisão. Disse que o Paraná é o Estado
190 que tem o maior número de presos com tornozeleiras eletrônicas no país e
191 que tem mais de 5 mil presos usando tornozeleira. Relatou que existem hoje
192 no Paraná 5 unidades específicas de regime semiaberto: a maior delas é a
193 de Piraquara, que é a Colônia Penal Agroindustrial do Paraná, que hoje está
194 com sua capacidade de quase 1.000 presos neste regime. Tem a Colônia
195 Penal de Ponta Grossa, com capacidade de 170 presos, a Colônia Penal
196 Industrial de Maringá com capacidade de 370 presos, a Colônia Penal de
197 Guarapuava, que segue mais ou menos este número, 300 a 400 presos e
198 Londrina. No Paraná tem quase 20.000 sendo 5.370 trabalhando.
199 **Boanerges** foi exibindo na tela um “*power point*” e detalhando todas as
200 atividades exercidas pelo apenado. Falou dos serviços executados, da
201 qualificação, como também da remuneração recebida ($\frac{3}{4}$ do Salário
202 Mínimo). Mencionou também os convênios existentes com as empresas
203 parceiras. **Boanerges** encerrou a sua participação agradecendo pelo
204 espaço, falando que, com relação aos presos que trabalham, 70% não
205 voltam para o crime. O conselheiro **Alexandre** (UGT) disse que o grande
206 objetivo é a ressocialização do preso e que deve ser importante ter esta
207 oportunidade. Perguntou se há um acompanhamento deste preso que está
208 desempenhando bem a função. **Boanerges** disse que tem um monitor que
209 faz esse acompanhamento. O conselheiro **Edson** (Força Sindical) perguntou
210 sobre o controle das empresas que tem esse benefício, citando a Baltec
211 como exemplo. Ele quer saber como é tratado este trabalhador. **Boanerges**
212 disse que a empresa tem que honrar o compromisso. O **conselheiro**
213 perguntou qual a porcentagem que a empresa pode contratar de presos.
214 **Boanerges** disse que não existe este número, mas que existe um acordo
215 moral: a empresa não pode demitir para contratar preso e que este número é
216 muito pequeno. **Adriano Carlesso** (NCST) falou que há muito tempo tinha
217 essa curiosidade com o trabalho do apenado. O **conselheiro** disse que tinha
218 três perguntas a fazer: 1) O trabalho do preso afeta de alguma forma o
219 “Auxílio Reclusão”, que é aquele que a família do preso recebe? **Boanerges**
220 respondeu que não. **Ele** disse que o “Auxílio Reclusão” só tem direito



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr
ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

221 aqueles que foram presos quando estavam trabalhando e recolhiam INSS.
222 Falou que é semelhante a um Seguro-Desemprego. **Boanerges** disse que a
223 maioria das pessoas pensa que toda família de preso recebe este auxílio,
224 que é um salário por filho, etc., o que não é verdade. **Boanerges** explicou
225 que é um valor determinado. Mas o preso que trabalha no sistema tem o seu
226 rendimento que vai ficar uma parte retida no fundo e que quando ele sai ele
227 retira este dinheiro. **Carlesso** (NCST) fez a sua 2ª pergunta: O preso tem
228 contrato de trabalho ou há somente um contrato da empresa com o sistema
229 penitenciário? **Boanerges** disse que há um convênio assinado do DEPEN
230 com a Empresa. **Carlesso** perguntou se há recolhimento de FGTS?
231 **Boanerges** disse que não, que o sistema não é regido pela CLT e sim pela
232 Lei da Execução Penal. **Boanerges** disse que eles tem hoje 70 presos com
233 carteira assinada, porque os empresários fazem questão disso. **Carlesso** fez
234 a 3ª pergunta: quem faz o acompanhamento destes trabalhadores para as
235 questões de utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, para
236 que não seja caracterizado como uma dupla punição, até porque o trabalho
237 era tido, há tempos atrás, como penalização ao preso. Perguntou se há
238 acompanhamento do Ministério Público do Trabalho nesses casos.
239 **Boanerges** respondeu que para o preso poder trabalhar ele tem que passar
240 por uma comissão de classificação, constituída por uma psicóloga, uma
241 pedagoga, a direção, um advogado, um assistente social, enfim, esta
242 comissão vai avaliar o preso, para ver se ele se encaixa na vaga
243 disponibilizada pela empresa, que deverá fornecer todos os EPIs. No
244 convênio deverá ser informado se haverá risco para o preso, etc. O
245 conselheiro **Klauss** (FAEP) disse que a intenção é que este presidiário, após
246 cumprir a sua pena, assine um contrato de trabalho. O conselheiro perguntou
247 se existe um acompanhamento em relação a um percentual dessas pessoas
248 que saem desta condição, vinculada a esses convênios e passem depois a
249 assinar um contrato com essas empresas? **Boanerges** disse que tem o
250 “Patronato” que faz o acompanhamento do egresso. **Ele** falou que estão
251 providenciando este trabalho. **Klauss** falou ser importante ter este registro
252 para se comprovar que está sim tendo esta reinserção do preso no mercado
253 de trabalho. **Boanerges** falou que nenhuma empresa paga para o preso,
254 menos que o Salário Mínimo. A conselheira **Fattyma** (FEPASC) perguntou se
255 existe algum critério para que o pagamento seja de um Salário Mínimo, se há
256 diferença entre o pagamento feito ao cidadão e ao preso, uma vez que isso é
257 feito através de convênio e se existe algum fundamento para a diferença do
258 pagamento do preso que trabalha na DEPEN receber 45 reais por mês e os
259 presos que trabalham nas empresas recebam $\frac{3}{4}$ do Salário Mínimo.
260 **Boanerges** explicou que o que determina a Lei de Execução Penal é $\frac{3}{4}$ (três
261 quartos) do Salário Mínimo só que, infelizmente, o Estado não tem recursos
262 para pagar os presos e nem recursos para contratar uma empresa para fazer
263 este serviço. **Boanerges** observou que nas Delegacias os presos têm que
264 fazer este trabalho de graça. **Boanerges** explicou que estes presidiários



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr
ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

265 recebem 45 reais, além de qualificação e que a remuneração sai do Pecúlio,
266 tendo direito, também, à redução de pena. Com relação ao pagamento feito
267 ao preso estipulado pelo convênio é de um Salário Mínimo. Toda empresa
268 paga a mesma coisa para o preso, ou seja, $\frac{3}{4}$ (três quartos) de um Salário
269 Mínimo e o restante é depositado no Fundo que ele retira quando sai. A
270 empresa que quiser pagar mais, também pode. O conselheiro **Edson** (Força
271 Sindical) disse que tem que tomar alguns cuidados para esta empresa que
272 utiliza a mão de obra do apenado, que não utilize esta condição para
273 simplesmente não contratar um trabalhador que se encontra desempregado
274 e necessitando do emprego. Que estas empresas contribuam com a
275 qualificação deste presidiário e não apenas utilize uma mão de obra barata.
276 **Boanerges** esclareceu que, normalmente, este preso fica no máximo 2 anos
277 neste sistema semiaberto. O conselheiro **Daniel** (IPARDES) perguntou
278 quantos presos se encontram hoje trabalhando? **Boanerges** responde que
279 são 5.370 presos trabalhando, que dá em torno de 27%. **Edson** (Força
280 Sindical) perguntou por que quase não tem mulheres trabalhando neste
281 sistema. **Boanerges** respondeu que no semiaberto feminino tinha 100 % de
282 mulheres trabalhando e que hoje tem poucas mulheres nestas condições.
283 **Boanerges** convidou os conselheiros para visitarem o Complexo Penal.
284 **Leila** (SRMTE/PR) perguntou se todos os presidiários que se encontram
285 neste regime semiaberto estão trabalhando? **Boanerges** respondeu que
286 não, por problemas de mercado. A **conselheira** perguntou sobre os critérios
287 que decidem qual o preso que pode trabalhar e qual não pode. **Boanerges**
288 disse que existem critérios tais como: mais tempo de casa, qualificação para
289 a função, etc. Como **ele** havia explicado anteriormente, existe uma comissão
290 que avalia estes presos. **Leila** (SRMTE/PR) disse que a sua preocupação
291 seria com relação a justiça na condução e imparcialidade, no caso de presos
292 que vão receber $\frac{3}{4}$ (três quartos) de um Salário Mínimo ou 45 reais do
293 DEPEN. **Boanerges** disse que existe primeiramente, um estágio para os
294 presos novos serem avaliados e tem também 10% que não trabalham,
295 porque não tem condições. Com relação a jornada de trabalho é no máximo
296 8 horas por dia, conforme determina a lei, com folga semanal de sábados e
297 domingos (40 horas semanais). **Leila** (SRMTE/PR) perguntou sobre os
298 acidentes de trabalho. **Boanerges** disse que o empresário é responsável
299 pelo preso, de prestar os primeiros socorros e pagar os 15 dias de licença.
300 Os presos que trabalham no sistema penal não tem direito, porque não
301 existe contrato de trabalho. O conselheiro **Carlesso** (NCST) sugeriu aos
302 conselheiros programarem uma visita ao Sistema Penitenciário. **Aprovado**.
303 **Leila** (SRMTE/PR) disse que há uma preocupação sobre o monitoramento
304 destas empresas que se valem desta mão de obra e que nesse acordo que é
305 feito com as empresas deve-se observar como está o CAGED delas, se
306 estão contratando também no mercado de trabalho. **Boanerges** disse que já
307 estão providenciando este controle. **Boanerges** falou que o Paraná tem uma
308 das melhores condições perante os outros Estados. **Walter** (SEJU/CGE)



Conselho Estadual do Trabalho – CET/Pr

ATA nº 276 da 237ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TRABALHO

309 mencionou a importância da videoconferência. **Ele** informou que a SEDS
310 inaugurou no 7º andar do Palácio das Araucárias, uma sala adaptada para
311 videoconferências. **Leila** (SRMTE/PR) solicitou que as reuniões que serão
312 feitas em Curitiba seja utilizada esta sala. **Aprovado.** **Leila** (SRMTE/PR)
313 indagou se tem CIPA no Sistema Penitenciário. **Boanerges** respondeu que
314 não. **Leila** (SRMTE/PR) sugeriu que se pensasse a respeito. **Leila**
315 (SRMTE/PR) agradeceu a participação do Sr. **Boanerges** e do DEPEN e
316 solicitou que a Secretaria-executiva agende esta visita. **06. Relatos dos Gts**
317 **– Conselheira Leila Raboni – SRMTE/PR.** A conselheira **Fattyima**
318 (FEPASC) fez o relato do Grupo de Trabalho. A **conselheira** informou que o
319 grupo se reuniu dia 27/06 e que a pesquisa aplicada aos Conselhos
320 Municipais foi enviada e aguarda retorno até a data de 30/06. A Secretaria-
321 executiva irá tabular e apresentar o resultado na próxima reunião. **07. Outros**
322 **Assuntos.** **Leila** (SRMTE/PR) informou que a próxima reunião do CET será
323 em Cornélio Procópio e falou da importância do quórum. A **conselheira**
324 pediu empenho para estar todos os conselheiros. Disse saber da questão de
325 liberação dos recursos estar complicada, mas pede que as suas instituições
326 continuem bancando seus representados, para que todos possam estar
327 nesta reunião. O conselheiro **Eliseu** (SEDS) sugeriu a elaboração de um
328 ofício, endereçado a todos os seus presidentes e secretários, informando
329 desta decisão. **Aprovado.** **08. ENCERRAMENTO.** E nada mais havendo a
330 tratar, a vice-presidente **Leila Maria Raboni** (SRMTE/PR), encerrou a 237ª
331 Reunião do CET, da qual eu, **Aldameri Imthurm**, lavrei a presente ata.
332 Curitiba 28 de junho de 2017.

333

334 **DELIBERAÇÕES**

- 335 1. Elaborar estudo sobre a renda do trabalhador (Observatório do Trabalho)
- 336 2. Elaborar Ofício para a SEDS solicitando empréstimo da Sala de Gestão
- 337 para realização da reunião do CET com videoconferência.
- 338 3. Elaborar Ofício para todos os Presidentes das Entidades que compõem o
- 339 CET, bem como para os Secretários de Estado, reforçando a importância da
- 340 presença de seus conselheiros na reunião de Cornélio Procópio.
- 341 4. Agendar visita ao Complexo Penal para os conselheiros.